



ACÓRDÃO Nº1287/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12203/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Unidade de Pronto Atendimento UPA 24H Jose Rodrigues - Cidade Nova
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Geila Glenda Nascimento de Freitas (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3700/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Unidade de Pronto Atendimento UPA 24H Jose Rodrigues - Cidade Nova. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Mário José de Moraes Costa Filho, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h José Rodrigues – Cidade Nova, de responsabilidade da Sra. **Geila Glenda Nascimento de Freitas**, referente ao exercício 2021, em razão dos achados 8 e 9 (Relatório Conclusivo nº 27/2023-DICAD) apontados pela Comissão de Inspeção e não sanados, com fundamento no art. 22, II, da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar Multa** à Sra. **Geila Glenda Nascimento de Freitas**, com fulcro no art. 54, II, “b”, da Lei nº 2423/96, em virtude da sonegação de documento em inspeção realizada por este Tribunal (achados 8 e 9 do Relatório Conclusivo nº 27/2023-DICAD), no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos); e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao



ACÓRDÃO Nº1287/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

11.3. Dar ciência à Sra. Geila Glenda Nascimento de Freitas, sobre o teor desta Decisão, com cópia do relatório/voto e do respectivo acórdão;

11.4. Arquivar o processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 21ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 28 de Junho de 2023

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-Votou), Mário Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Mário José de Moraes Costa Filho.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral